

ÍNDICE

Prefácio	5
Introdução e metodologia adotada	9

PARTE I

Interpretação autónoma, pluralismo jurídico e conceitos de direito europeu

CAPÍTULO 1 – A interpretação autónoma dos conceitos de direito europeu	25
1.1. Introdução	25
1.2. A interpretação autónoma (dos conceitos) do direito europeu	26
1.3. Contextos de aplicação da interpretação autónoma do direito europeu	81
1.4. Conclusões	92
CAPÍTULO 2 – Pluralismo jurídico e conceitos de direito europeu	95
2.1. Introdução	95
2.2. O desenvolvimento do pluralismo jurídico na UE e a sua relação com os conceitos de direito europeu	96
2.3. Vantagens da utilização dos conceitos de direito europeu	108
2.4. Contextos de aplicação dos conceitos de direito europeu	120
2.5. Conclusões	124

PARTE II

**Análise de conceitos de direito europeu
em matéria societária e fiscal**

Introdução	129
CAPÍTULO 1 – O conceito europeu de centro dos interesses principais do devedor no Regulamento relativo aos processos de insolvência	137
1.1. Introdução	137
1.2. O conceito de centro dos interesses principais do devedor . . .	140
1.3. Momento de determinação do centro dos interesses principais do devedor	163
CAPÍTULO 2 – O conceito europeu de razões económicas válidas na Diretiva fusões	167
2.1. Introdução	167
2.1.1. As fusões societárias no contexto do direito europeu . . .	167
2.1.2. Introdução ao conceito europeu de razões económicas válidas	179
2.2. O conceito europeu de razões económicas válidas	181
2.3. Âmbito de aplicação do conceito europeu	210
CAPÍTULO 3 – O conceito europeu de retenção na fonte e distribuição de dividendos na Diretiva sociedades-mãe e afiliadas de diferentes Estados-Membros	217
3.1. Introdução	217
3.2. O conceito europeu de retenção na fonte e distribuição de dividendos	219
3.3. Âmbito de aplicação do conceito europeu	241
Conclusões finais	255
Bibliografia	271